

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

EDITAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS**, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 9.295/46, CNPJ: 17.188.574/0001-38, torna público, para ciência dos interessados, que por intermédio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria CRCMG nº 117/2020, realizará licitação na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**. O procedimento licitatório observará integralmente as disposições da Lei nº 10.520/2002; dos Decretos nº 3.555/2000, nº 7.746/2012, nº 8.538/2015, nº 9.178/2017, nº 9.507/2018 e nº 10.024/2019; da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pelas Leis Complementares nº 155/2016 e nº 147/2014, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 5/2017 e SEGES/MP nº 3/2018; aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo Pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital conforme indicado abaixo:

Data da abertura das propostas: **30/03/2021**

Horário da abertura das propostas: **09h40min**, respeitando o horário de Brasília/DF.

Endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 925152

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desenvolvimento e criação de portal para o CRCMG, com novo design e taxonomia, incluindo os serviços de migração do conteúdo do site atual para o novo portal, bem como a manutenção preventiva e/ou corretiva deste último por seis meses, além de alterações de estrutura e layout, desenvolvimento de novas funcionalidades e atualizações dos conteúdos pelo mesmo período, conforme condições e especificações estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Integram este Edital os anexos I, II, III e IV.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no plano de trabalho do CRCMG para o exercício de 2021, conforme indicação abaixo:

Projeto: 5002	Centro de Custo: 327	Conta contábil: 6.3.1.3.02.01.005
---------------	----------------------	-----------------------------------

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no site www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

4.3.1. detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação;

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

4.3.2. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança nesta Entidade contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço,

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação

5.1.1. Os documentos de habilitação a que se refere o item acima são aqueles previstos no **ITEM 10 - DA HABILITAÇÃO** deste Edital.

5.1.2. Será desclassificado o licitante que não inserir no sistema previamente à abertura da sessão pública, a proposta de preços e os documentos de habilitação exigidos no **ITEM 10 - DA HABILITAÇÃO** ou que apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **Valor unitário e total do item;**

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. O licitante é o único responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR TOTAL DO ITEM**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.20.1.1. produzidos no país;

7.20.1.2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras

7.20.1.3. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.1.4. produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.21. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.22.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada **no prazo de 2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

8.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

8.1.2. conter a identificação do licitante, os preços ofertados, em conformidade com último lance apresentado ou à negociação efetuada com o Pregoeiro, podendo utilizar como modelo o Anexo II deste Edital – Modelo de Proposta;

8.1.3. apresentar os preços ofertados, devidamente ajustados ao lance vencedor;

8.1.4. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

8.1.5. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail licitacao@crcmg.org.br.

8.1.6. O prazo para envio da proposta poderá ser prorrogado, mediante solicitação escrita e justificada do licitante, via chat do sistema Comprasnet, formulada antes de findo o prazo estabelecido e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

8.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.3.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo de 2 (duas)**, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.4.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se a Planilha de Custos e Formação de Preços, bem como os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

9.5.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

9.5.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

9.5.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

9.5.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.5.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

9.5.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.5.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

9.6. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.7. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

9.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. SICAF;

10.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

10.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>);

10.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça. (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

10.1.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>).

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

10.1.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.6.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.6.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.6.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.7. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

10.3.1. O prazo para envio da documentação, acima previsto, poderá ser prorrogado, mediante solicitação escrita e justificada do licitante, via chat do sistema Comprasnet, formulada antes de findo o prazo estabelecido e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.3.2. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail licitacao@crcmg.org.br.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

10.8. Habilitação Jurídica

10.8.1. No caso de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.8.2. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.8.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

10.8.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

10.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.9. Regularidade Fiscal e Trabalhista

10.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.9.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF).

10.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.9.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

OU

10.9.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.9.9. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.9.10. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.9.11. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.10. Qualificação Econômico-Financeira

10.10.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há menos de 1 (um) ano contado da data da sua apresentação.

10.10.1.1. O licitante será considerado habilitado pelo SICAF, quando o seu cadastro contiver o registro da referida Certidão atualizada.

10.10.1.2. Caso não conste no cadastro do SICAF do fornecedor a Certidão Negativa de Pedido de Falência e Concordata, o documento poderá ser consultado, pelo Pregoeiro, nos respectivos sítios oficiais emissores.

10.11. Qualificação técnica

10.11.1. **1 (um) Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para a prestação de serviços (ou fornecimento de bens) em

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação ou com o item pertinente.

10.11.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

10.11.1.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, devendo apresentar, quando solicitado pelo Pregoeiro, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de, no mínimo, trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.4. Caso o licitante que manifestou intenção de recorrer não apresente o recurso fundamentado no sistema eletrônico dentro do prazo acima estabelecido, decaíra seu direito recursal e o pregoeiro dará prosseguimento à fase de adjudicação.

11.2.5. A Administração decidirá sob o recurso e enviará resposta no sistema eletrônico no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do encerramento do prazo de contrarrazões.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado à licitante declarada vencedora, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

15.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15.7. As condições de entrega, de pagamento, vigência, reajuste, recebimento do objeto e fiscalização, obrigações da contratada e do contratante, sanções e rescisão obedecerão às disposições constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital e da Lei nº 8.666/93.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2002, o licitante/adjudicatária que:

16.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta, salvo caso fortuito ou força maior;

16.1.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.1.3. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

16.1.4. Não manter a proposta;

16.1.5. Cometer fraude fiscal; e

16.1.6. Comportar-se de modo inidôneo.

16.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação

16.3.2. Multa de 10% (dez) por cento sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

16.3.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

16.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com órgãos e entidades da União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

16.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

16.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização.

16.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

17.2. A impugnação poderá ser realizada de forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@crcmg.org.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da sede do CRCMG, Rua Cláudio Manoel, 639, Savassi, Belo Horizonte – MG.

17.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

17.4. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, através do endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

17.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

17.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

17.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.8.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.9. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos também serão disponibilizadas no sítio do CRCMG www.crcmg.org.br.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

18.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

18.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

18.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

18.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.crcmg.org.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na sede do CRCMG no endereço Rua Cláudio Manoel, nº 639, Savassi, Belo Horizonte - MG, nos dias úteis, no horário das 9h às 17h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

18.14. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

18.15. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes será realizada, exclusivamente, por meio das ferramentas disponíveis no sistema Comprasnet, sendo vedado qualquer atendimento presencial ou por meio de ligações telefônicas.

18.16. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior do CRCMG, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.17. Após a abertura da sessão pública do pregão, não caberá desistência de proposta, salvo se por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

18.18. A presente licitação poderá ser anulada em qualquer tempo, desde que seja constatada irregularidade no processo e/ou em seu julgamento, ou revogada por conveniência do CRCMG, sem que caiba às licitantes qualquer indenização.

18.19. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente e dos Princípios Gerais de Direito.

18.20. As dúvidas e divergências que, eventualmente, possam surgir e que não possam ser dirimidas diretamente entre as partes, ficarão sujeitas ao Foro da Justiça Federal – Seção Minas Gerais, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.21. É de responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, até a data da realização da sessão pública, tendo em vista que quaisquer alterações referentes a este Edital serão disponibilizadas no referido endereço, opções Acesso Livre – Pregões – Agendados.

18.22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 18.22.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 18.22.2. Anexo II – Modelo de Proposta;
- 18.22.3. Anexo III – Cronograma físico-financeiro;
- 18.22.4. Anexo VI – Minuta do Contrato.

Belo Horizonte, 12 de março de 2021.

Rosa Maria Abreu Barros
Presidente do CRCMG

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM 1 - SETOR SOLICITANTE

1.1. Gerência de Tecnologia da Informação

ITEM 2 – DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Contratação de serviços, de natureza não continuada, de desenvolvimento e criação de portal para o CRCMG, com novo design e taxonomia, incluindo os serviços de migração do conteúdo do site atual para o novo portal, bem como a manutenção preventiva e/ou corretiva deste último por seis meses, além de alterações de estrutura e layout, desenvolvimento de novas funcionalidades e atualizações dos conteúdos pelo mesmo período, conforme condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

2.1.1. O portal do CRCMG está disponível no endereço eletrônico crcmg.org.br.

2.2. REQUISITOS/ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DO NOVO PORTAL DO CRCMG

2.2.1. CONTEÚDO A SER ENTREGUE E PRODUZIDO PELA CONTRATADA

2.2.1.1. Mapeamento dos requisitos de funcionalidades e conteúdo do portal

2.2.1.1.1. Consiste em realizar um levantamento exaustivo dos requisitos que deverão ser implementados no novo Portal, mencionados neste Termo de Referência. Esta etapa é fundamental para que a CONTRATADA entenda o escopo por completo e possa planejar com maior precisão as próximas etapas do desenvolvimento.

2.2.1.1.2. Por se tratar de um estudo interno, este item não gera um artefato entregável.

2.2.1.1.3. A CONTRATADA deverá entrar em contato com a Gerência de Tecnologia da Informação do CRCMG para sanar qualquer dúvida que possa haver sobre o projeto ou seu escopo.

2.2.1.2. Cronograma de atividades

2.2.3.10. A CONTRATADA deverá enviar um cronograma contendo o número de dias necessário para a execução de cada uma das etapas seguintes. Etapas que ocorram simultaneamente deverão ser agrupadas e fornecer um prazo em dias para o grupo. A soma de todos os prazos não deve exceder o limite de 150 (cento e cinquenta) dias. A contratada deverá levar em conta que deverá preferencialmente desenvolver todos os plugins do portal. A impossibilidade de utilizar determinado plugin, ou o tempo necessário para desenvolvê-los deverão estar contemplados no prazo total de desenvolvimento do projeto. Os detalhes desta regra do seu possível impacto sobre o prazo total estão descritos no item 2.2.4.10.

2.2.1.2.2. Para todas as atividades deste contrato, não será considerado o prazo que o CRCMG demandar para validar as entregas, ou seja, o prazo contratual corresponde apenas ao tempo de trabalho da contratada.

2.2.1.2.3. O prazo de cada etapa será iniciado na aprovação da etapa anterior.

2.2.1.2.4. Caso alguma entrega não seja aprovada pelo CRCMG, a CONTRATADA terá 4 (quatro) dias úteis para realizar a correção e fazer a nova entrega para validação e aprovação do CRCMG. Caso a CONTRATADA necessite de um prazo maior para fazer a correção, deverá ser justificado previamente e aprovado pelo CRCMG.

2.2.1.2.5. Este item deverá ser entregue ao CRCMG para validação e aprovação.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

2.2.1.3. Elaboração da arquitetura e da taxonomia da informação a serem utilizadas no Portal do CRCMG para a organização das informações

2.2.1.3.1. É a atividade que servirá de base para a organização do Portal do CRCMG. A definição da arquitetura da informação consiste no agrupamento e classificação das informações do Portal conforme a taxonomia que será definida pela CONTRATADA e aprovada pelo CRCMG. Servirá de base para a composição das diversas seções e subseções do Portal do CRCMG.

2.2.1.3.2. Cabe à CONTRATADA analisar todo o conteúdo atual do portal do CRCMG e propor uma nova taxonomia de modo que a informação fique bem mais organizada e seja fácil de ser encontrada, o que inclui, não se limitando a: composição dos menus, itens, links, páginas, ícones etc.

2.2.1.3.3. A taxonomia a ser utilizada no Portal deve ser subdividida em classes, subclasses e subgrupos de informação (3 níveis), tendo como balizador para a quantidade de níveis na estrutura e o esforço a ser despendido pela pessoa que utilizará o Portal.

2.2.1.3.4. Como regra geral, todos os conteúdos deverão estar disponíveis a, no máximo, três cliques do mouse. Se isso não for possível, deverão estar estruturados de maneira a facilitar sua localização com pouco esforço e de forma amigável. Os produtos desta atividade serão:

- a) um documento descritivo do padrão de nomenclatura proposto para o portal, contendo exemplos para cada um dos elementos de arquitetura identificados; e
- b) um documento descritivo da forma de organização dos conteúdos em uma hierarquia informacional, contendo ilustrações que permitam uma visão macro das principais classes, subclasses e subgrupos de conteúdo do Portal.

2.2.1.3.5. Nos itens 2.2.5. (MAPA DE CONTEÚDO) e 2.2.6. (ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PORTAL DO CRCMG), destes estudos, contém uma prévia da organização e distribuição das informações.

2.2.1.3.6. Este item deverá ser entregue ao CRCMG para validação e aprovação

2.2.1.4. Elaboração do diagrama de navegação nos conteúdos

2.2.1.4.1. Definição e documentação das estruturas de navegação a serem adotadas e da abordagem de navegação adequada para cada uma das estruturas definidas. A elaboração do diagrama de navegação nos conteúdos deverá buscar os melhores padrões de acessibilidade e navegabilidade para sites e portais.

2.2.1.4.2. A estrutura de navegação deverá facilitar a localização dos conteúdos e deverão estar disponíveis informações acerca da localização atual do usuário dentro da estrutura de navegação atual. Além disso, sob os devidos cuidados, a estrutura de navegação deverá ser flexível e capaz de manter-se consistente mesmo após a inclusão, alteração ou exclusão de classes, subclasses ou subgrupos de informação.

2.2.1.4.3. A estrutura de navegação deverá ser flexível, para permitir a navegação entre tópicos de uma mesma categoria, e para permitir saltar de tópicos de uma determinada categoria para outras categorias de informação. O produto desta atividade deve ser um documento descritivo das estruturas de navegação propostas para os diversos tipos de conteúdo do portal, coerente com a proposta de organização das informações elaborada no item anterior e ilustrado com exemplos que permitam o perfeito entendimento do funcionamento dessas estruturas para a continuação da utilização do Portal do CRCMG.

2.2.1.4.4. Este item deverá ser entregue ao CRCMG para validação e aprovação

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

2.2.1.5. Elaboração do projeto gráfico (design) do Portal

2.2.1.5.1. Definição e documentação do padrão visual do Portal. O projeto gráfico deverá privilegiar a facilidade de uso do Portal, tanto pelas pessoas que o manterão atualizado quanto pelos usuários que utilizarão os conteúdos. Os elementos visuais deverão facilitar a experiência do usuário, dando-lhe pistas visuais de sua localização atual dentro de determinado contexto. O projeto gráfico do Portal deverá suportar totalmente a arquitetura da informação proposta e deverá prever a utilização do gerenciamento do conteúdo do *Wordpress*. Nesta etapa deverá ser considerada somente a área pública do portal, ou seja, não há projeto gráfico do painel administrativo, pois será utilizado o gerenciamento do *Wordpress*.

2.2.1.5.2. Nesta atividade devem ser gerados os seguintes artefatos:

- documento descritivo e ilustrativo do padrão visual proposto para o portal (wireframe);
- documento contendo prévias (Imagem) de todas as interfaces com o usuário utilizadas no portal, coerente com a arquitetura da informação proposta, devendo obrigatoriamente incluir uma versão *desktop* e *mobile*.

2.2.1.5.3. Deverão ser fornecidos para aprovação, os layouts temáticos conforme definido em 2.2.3.8.

2.2.1.5.4. Este item deverá ser entregue ao CRCMG para validação e aprovação.

2.2.1.6. Implementação do novo Portal do CRCMG

2.2.1.6.1. Consiste na execução e implementação das propostas listadas anteriormente. Ao final desta etapa, antes de iniciar a migração, a CONTRATADA deverá fornecer a documentação técnica e acesso a uma instância de homologação do portal para que o CRCMG faça uma validação preliminar dos requisitos técnicos do portal.

2.2.1.6.2. Somente após a aprovação por parte do CRCMG da documentação técnica e da instância de homologação do portal, é que a implementação em produção poderá ocorrer.

2.2.1.7. Migração do conteúdo do portal antigo para o novo portal

2.2.1.7.1. Consiste em migrar todo o conteúdo do portal atual do CRCMG para o novo. Deverá ser realizado somente após a validação preliminar dos requisitos técnicos e instância de homologação implementados na etapa anterior.

2.2.1.7.2. Os seguintes itens deverão ser observados:

- Deverão ser migrados apenas arquivos em uso por alguma página do atual portal do CRCMG;
- Todos os itens migrados deverão ser gerenciáveis pelo painel administrativo do portal, sem a necessidade de alteração manual em código fonte;
- Deverá ser criado um redirecionamento de *url* a nível de aplicação para todos os conteúdos migrados, de modo que ao acessar a *url* de um conteúdo do portal antigo, o usuário seja automaticamente redirecionado (HTTP 301 Moved Permanently) para a nova *url* no novo portal do CRCMG;
- A Comissão do CRCMG poderá indicar alguns conteúdos que não deverão ser migrados;
- A migração deverá ser realizada em duas etapas, primeiro deverá ser realizada uma migração de teste, no qual o CRCMG irá validar se o portal e a migração estão corretos.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

Após a aprovação do CRCMG, deverá ser agendada a migração final do portal. Esta etapa tem como objetivo, evitar surpresas indesejadas ao colocar o novo portal em produção.

2.2.1.8. Homologação e Garantia

2.2.1.8.1. Após a migração do portal, o CRCMG irá validar o novo portal, para ver se atende a cada um dos requisitos contratados. Caso tudo esteja correto, o CRCMG emitirá um termo de aceite oficializando o término do desenvolvimento do portal.

2.2.1.8.2. A contratada deverá fornecer uma garantia de 180 (cento e oitenta) dias. Esta garantia compreende correção, sem custos adicionais, de quaisquer erros ou comportamentos não desejados no portal, conforme requisitos presentes neste documento.

2.2.2. PRESSUPOSTOS DO DESENVOLVIMENTO

2.2.2.1. Independente da tecnologia ou qualquer aspecto tecnológico que possa ser aplicado ao projeto, os seguintes itens de metodologia, tecnologia, qualidade e segurança devem, essencialmente, fazer parte da fase de desenvolvimento.

2.2.2.2. Análise de Infraestrutura.

2.2.2.2.1. Levantamento e documentação de infraestrutura existente, incluindo bancos de dados e plataformas técnicas, licenças de ferramentas que já existem e que podem ser utilizadas e sistemas que devem ser integrados.

2.2.2.3. Código Semântico.

2.2.2.3.1. A programação deve contemplar os conceitos e padronizações da *World Wide Web Consortium (W3C)*, utilizando versão mais recente de *Cascading Style Sheets (CSS)* e *eXtensible Hypertext Markup Language (XHTML)*. É desejável que o XHTML possua validação *Strict*.

2.2.2.4. Search Engine Optimization (SEO).

2.2.2.4.1. Utilizar conceitos básicos de otimização de busca, como meta-tags de conteúdo.

2.2.2.4.2. Deverão ser implementadas as *tags* do *Open Graph* e *Twitter Cards*

2.2.2.5. Análise de risco.

2.2.2.5.1. Detectar e contornar os riscos desse novo portal, como a migração de conteúdo do site atual, tempo de migração, período ao qual o servidor pode ficar off-line, etc.

2.2.2.6. Foco no acesso mobile.

2.2.2.6.1. Todo o desenvolvimento do portal deve considerar o acesso ao portal por dispositivos móveis. Alguns dos itens que devem ser considerados são: Layout mobile, otimização de imagens, otimização do tempo de carregamento da página, etc.

2.2.2.7. Documentação.

2.2.2.7.1. Todo o processo de planejamento deve ser devidamente documentado e, ao final do projeto, o mesmo deve possuir toda documentação necessária e seus respectivos manuais de utilização.

2.2.3. REQUISITOS FUNCIONAIS

2.2.3.1. Sempre que no portal atual do CRCMG tiver uma listagem de qualquer tipo, os itens desta lista deverão ser implementados no novo portal como *Custom Post Types*, de modo que ao gerenciar os itens do *Custom Post Type* específico, a página irá automaticamente exibir o conteúdo atualizado

2.2.3.2. Todos os conteúdos do portal (páginas, menus, etc) deverão ser gerenciáveis direto pelo painel administrativo do portal. Os conteúdos deverão ser alterados com o gerenciamento de *post*, *pages*, *custom post type*, etc. Não será aceita alteração de conteúdo que envolva a edição de

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

arquivos (html, php, css, js, etc), ainda que seja direto pela interface gráfica do wordpress ou de qualquer outro módulo/aplicação.

2.2.3.3. Para os casos em que se exija a listagem de itens específicos, deverá ser criado um *Custom Post Type* para cada tipo de item. Não será permitido criar uma página ou *post* com a listagem destes itens, de modo que para inserir um novo conteúdo, seja necessário alterar manualmente o conteúdo da página ou *post*.

2.2.3.3.1. Nestes casos, o item deverá ser cadastrado como um *Custom Post Type*, e a página específica deverá exibir a listagem dos itens.

2.2.3.3.2. Os seguintes itens (mas não se limitando a eles), deverão obrigatoriamente ser cadastrados como *Custom Post Type*:

- Jornal do CRCMG
- Paineil Contábil
- Publicações do CRCMG
- Licitações/Chamamento
- Concurso Público
- Banners e Publicidade
- Entidades capacitadoras
- Faculdades parceiras
- FAQ

Neste caso, deverá ser especificado a data de início da exibição e a data final.

2.2.3.3.3. É de responsabilidade da CONTRATADA fazer o levantamento de todos os itens que devam ser cadastrados como *Custom Post Type*.

2.2.3.4. Ao fazer o upload de uma imagem, deverá gerar miniaturas em diferentes dimensões.

2.2.3.5. Sempre que exibir no *frontend* uma imagem que esteja na galeria de mídia do portal (WordPress), deverá exibir a imagem de modo responsivo utilizando *srcset* como definido na documentação: https://developer.mozilla.org/pt-BR/docs/Aprender/HTML/Multimedia_and_embedding/Responsive_images

2.2.3.6. Deve implementar uma página de introdução, ou seja, uma página que é exibida ao acessar diretamente crcmg.org.br. O usuário deve clicar em um link para acessar o portal. Essa página de introdução deve ser ativada ou desativada diretamente pelo painel administrativo e o seu conteúdo deve ser totalmente editável pelo painel administrativo.

2.2.3.7. Cadastro de notificações e alertas programado com dia e hora de entrar e sair. (ex: expediente diferenciado em algum dia específico, etc). O conteúdo poderá ser tanto texto ou imagem. No caso de imagem, deverá ser possível definir um link.

2.2.3.8. Criar variações do tema principal (*Child Themes* ou configuração/*presets* do tema principal) para os seguintes temas: setembro amarelo, novembro azul e outubro rosa. Para cada um destes casos, deverá ser alterado mais do que simplesmente a cor do portal, ou seja, os layouts temáticos deverão ser bem elaborados visualmente.

2.2.3.9. Para cada usuário, deverá ser possível definir se tem acesso a *posts*, *pages* ou *custom post type* específicos. Ex: O usuário João não tem acesso as páginas, nem aos posts, mas consegue criar e editar os seus itens de Jornal (*custom post type*).

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

2.2.3.9.1. O CRCMG possui uma licença “Pro Business Lifetime” do plugin “User Role Editor”, caso seja necessário essa licença poderá ser utilizada exclusivamente no portal do CRCMG sem ônus para a CONTRATADA.

2.2.3.10. Todos os plugins instalados que requeiram uma licença, deverão ter uma licença com atualizações perpétuas. Caso haja plugin de terceiro que exija uma nova licença, esta deverá ser fornecida juntamente com o site. Caso o plugin desejado não possua licença com atualizações vitalícias, o plugin deverá ser enviado para o CRCMG avaliar e autorizar o seu uso. Caso o CRCMG não autorize o uso, outro plugin deverá ser utilizado pela CONTRATADA, ou preferencialmente, desenvolvido pela contratada. Conforme definido no item 2.2.1.2.1, a impossibilidade de utilizar determinado plugin ou a necessidade de desenvolver um plugin para fornecer certa funcionalidade ao portal não poderá ser utilizada como justificativa para alteração do prazo contratual. Estas atividades deverão estar previstas no planejamento da CONTRATADA.

2.2.3.11. Ao criar uma notícia, o usuário poderá marcar uma opção para definir se ela irá aparecer no site, no app mobile ou em ambos.

2.2.3.11.1 O aplicativo mobile e sua integração são de responsabilidade do CRCMG.

2.2.3.11.2: A opção: “exibir no site” deverá vir marcada por padrão.

2.2.3.12. O portal deverá fornecer uma API REST **somente** para os seguintes itens (ou fornecer API para todos os *endpoints* mas implementar autenticação para acesso às APIs):

2.2.3.12.1. Listagem das últimas 30 notícias (*post*) cadastradas no site que estão marcadas para ser exibida no app *mobile*;

2.2.3.12.2. Detalhamento de uma notícia (*post*);

2.2.3.12.3. Listagem de todas as FAQ (*Custom Post Type*) com a pergunta e resposta.

2.2.3.13. O portal deverá possuir pelo menos os seguintes recursos de acessibilidade:

2.2.3.13.1. Alteração dinâmica do tamanho da fonte do site;

2.2.3.13.2. Modo alto contraste.

2.2.3.13.3. Tradutor de textos em libras e voz integrado ao portal (deverá funcionar sem que o usuário precise instalar qualquer aplicativo, plugin ou extensão, e sem ter que sair do portal do CRCMG).

2.2.3.14. Os seguintes conteúdos não serão gerenciados pelo portal. O seu conteúdo virá de uma API do CRCMG. A atualização destes conteúdos deverá ser automática. Os detalhes técnicos desta implementação estão descritos no item 2.2.4.8:

2.2.3.14.1. Membros do Conselho Diretor e Câmaras;

2.2.3.14.2. Conselheiros;

2.2.3.14.3. Delegacias Seccionais;

2.2.3.14.4. Grupos de Estudo Técnico.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

2.2.3.15. Criar a página “Serviços Online” com os links presentes em <http://cadastro.crcmg.org.br/SPW/ConsultaCadastral/Principal.aspx> divididos com as mesmas categorias. A página deverá ter uma categoria a mais: “Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais” com os seguintes serviços:

2.2.3.15.1. Decore;

2.2.3.15.2. Biblioteca;

2.2.3.15.3. Oportunidades (Atual Oferta de Empregos);

2.2.3.15.4. Espaço dos Conselheiros;

2.2.3.15.5. Espaço dos Delegados.

2.2.3.16. Todos os links, categorias e ícones (assim como todo o conteúdo do portal) deverão ser gerenciados pelo painel administrativo do portal. Esta página não terá nenhuma integração ou outros aplicativos, será apenas um redesenho elegante da tela <http://cadastro.crcmg.org.br/SPW/ConsultaCadastral/Principal.aspx> com links HTML para outros aplicativos. O objetivo desta página é fornecer de modo centralizado todos os serviços fornecidos pelo CRCMG. A página deverá ser elegante e responsiva.

2.2.3.17. Criar a página “Redes Sociais” exibindo a lista das Redes Sociais cadastradas no Painel Administrativo. Inicialmente serão cadastradas 4 (Facebook, Youtube, LinkedIn e Instagram), porém o portal (gerenciamento e layout) deve permitir o cadastro e exibição de um número ilimitado de redes sociais. Os seguintes requisitos deverão ser observados:

2.2.3.17.1. As imagens poderão ser em qualquer proporção (retrato, paisagem, etc);

2.2.3.17.2. Para cada rede social cadastrada, deverá ser possível cadastrar um link e definir se será aberta na mesma tela ou em outra;

2.2.3.17.3. Na exibição das redes sociais no portal, ao clicar na imagem, o usuário deverá ser direcionado para o link cadastrado.

2.2.3.18. Oportunidades (atual Oferta de Emprego).

2.2.3.18.1. A parte de oferta de emprego tem algumas regras específicas. Segue o fluxo de como deverá funcionar:

2.2.3.18.1.1. Empresa cadastra-se (<http://crcmg.org.br/emprego/cadastrar-empresa>);

2.2.3.18.1.2. A empresa recebe um e-mail com informações sobre o cadastro, link de ativação e termo de uso gerado (PDF) com base nas informações fornecidas no ato do cadastro. O modelo do termo de uso deverá ser gerenciado dentro do painel administrativo do portal;

2.2.3.18.1.3. Empresa clica no link de ativação enviado por e-mail;

2.2.3.18.1.4. CRCMG recebe a documentação física exigida para a efetivação do cadastro. Dentro do módulo oportunidades, deverá ter a opção de configurar quem irá receber esse e-mail;

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

2.2.3.18.1.5. CRCMG ativa a empresa pelo site (só pode ativar a empresa que tiver feito a confirmação por e-mail [item 2.2.3.18.3]). Deverá ser possível configurar quais usuários terão permissão para gerenciar as oportunidades e consequentemente ativar/desativar a empresa;

2.2.3.18.1.6. Quando a empresa é ativada, um e-mail é enviado para a empresa informando que o cadastro foi ativado e que ela está apta a cadastrar vagas no site;

2.2.3.18.1.7. Empresa cadastra vaga (<http://www.crcmg.org.br/emprego/cadastrar>) com a senha criada no momento do cadastro da empresa;

2.2.3.18.1.8. A empresa recebe e-mail com o link de confirmação de cadastro da vaga;

2.2.3.18.1.9. O CRCMG recebe a vaga, faz a análise do conteúdo e libera (ativa) a vaga para ser exibida no portal. (Só poderá ser ativada se a empresa tiver clicado no link enviado no e-mail);

2.2.3.18.1.10. A vaga aparece no site e fica disponível por 10 dias contados a partir da data de ativação pelo CRCMG. Após este prazo, a vaga é excluída automaticamente. O prazo de 10 dias deverá ser configurável pelo painel administrativo;

2.2.3.18.1.11. Para exibir os detalhes da vaga, o usuário deverá obrigatoriamente resolver um *captcha*.

2.2.3.18.2. Além do fluxo descrito acima, na implementação do módulo “ofertas de emprego”, os seguintes requisitos deverão ser atendidos:

2.2.3.18.2.1. Todos os campos do formulário deverão ter validação do lado do cliente e do servidor. Em caso de erro no formulário, a mensagem de erro deverá ser *inline* junto com o campo.

2.2.3.18.2.2. Deverá possuir uma Página de recuperação de senha da empresa: Informa o CPF/CNPJ e um e-mail para redefinir a senha.

2.2.3.18.2.3. Esta funcionalidade deverá ser implementada como um novo plugin do wordpress. Não serão aceitos plugins de terceiros.

2.2.3.18.2.4. Para a divulgação de cursos, eventos, seminários e palestras usar um outro meio para visualização e busca diferente do atual. Usar algo mais moderno e prático, um sistema de busca por tipo de evento, data, cidade, nome do curso, pontuação no Programa de Educação Profissional Continuada. E que apareça na página principal uma lista dos próximos eventos ou um calendário. O modo de exibição será avaliado juntamente com o Layout do site para aprovação.

2.2.3.19 O mecanismo de busca do portal deverá utilizar a *engine* do wordpress. Não serão aceitas buscas externas, como a do Google para buscar conteúdo do portal.

2.2.3.20 Para cumprimento da Lei Geral de Proteção dos dados, o portal deverá implementar um rigoroso controle de cookies. Deverá informar aos usuários os cookies utilizados e dar ao usuário a opção de selecionar quais cookies ele autoriza o uso. O controle de cookie a ser implementado deverá ser parecido, em funcionalidade, com o presente neste link <https://ico.org.uk/global/privacy-notice/>

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

2.2.4. REQUISITOS TÉCNICOS

2.2.4.1. O portal deverá ser desenvolvido com o Wordpress e utilizar sua última versão. Será considerada a última versão, a versão do Wordpress disponível no momento em que o portal for enviado ao CRCMG para homologação.

2.2.4.2. O portal deverá ser *Full Responsive* e adotar a estratégia *Mobile First*, de modo o usuário ao acessá-lo por um dispositivo móvel, tenha uma excelente experiência.

2.2.4.3. Deverá ser totalmente compatível com php 8.0. A aplicação não deverá emitir nenhum *warning*, *notice* ou *error*. Será utilizado `error_reporting(E_ALL)` para validar.

2.2.4.4. Deverá implementar, a nível de aplicação, cache (com REDIS) para reduzir o tempo de resposta do servidor. A configuração do servidor será realizada pelo CRCMG.

2.2.4.5. Deverá funcionar com o OP CACHE. A configuração do servidor será realizada pelo CRCMG.

2.2.4.6. Em todas as páginas do *frontend*, deverá implementar as seguintes otimizações:

2.2.4.6.1. Minify HTML;

2.2.4.6.2. Minify CSS;

2.2.4.6.3. Merge CSS.

2.2.4.7. Utilizar boas práticas de SEO.

2.2.4.8. Para os conteúdos listados no item 2.2.3.14, a atualização do seu conteúdo será por meio do consumo de uma API do CRCMG. Esta implementação deverá seguir os seguintes requisitos:

2.2.4.8.1. Por questões de desempenho, a API deverá ser lida somente pelo *CRON JOB* do *Wordpress*, ou seja, a API não será consumida quando as páginas dos itens listados em 2.2.3.14. forem carregadas.

2.2.4.8.2. O portal deverá estar configurado com: `DISABLE_WP_CRON true`. Pois o cron será executado automaticamente pelo servidor.

2.2.4.8.3. Este *cron job* deverá ser configurado para executar de hora em hora.

2.2.4.8.4. Quando o *cron job* for executado, deverá consumir a API do CRCMG e salvar os dados no banco de dados do portal.

2.2.4.8.5. Ao acessar as páginas dos itens listados em 2.2.3.14. elas deverão exibir o conteúdo salvo no banco de dados e não consumir diretamente a API.

2.2.4.8.6. A implementação desta funcionalidade deverá estar bem detalhada na documentação.

2.2.4.8.7. Esta funcionalidade deverá ser implementada pela CONTRATADA como um plugin próprio, dedicado a esta funcionalidade

2.2.4.9. O portal deverá funcionar por detrás do proxy com CDN da *Cloud Flare*. A configuração do *Cloud Flare* será realizada exclusivamente pelo CRCMG. Caso haja a necessidade de alguma configuração específica, esta deverá ser alinhada com a Gerência de Tecnologia da Informação do CRCMG.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

2.2.4.10. Evitar ao máximo o uso de plugins de terceiros. Caso a CONTRATADA deseje utilizar algum plugin de terceiro, deverá previamente comunicar à Gerência de Tecnologia da Informação do CRCMG sobre a intenção de uso do referido plugin. Se o CRCMG não autorizar o uso do plugin, o mesmo não poderá ser utilizado no projeto. A CONTRATADA deverá implementar o plugin (preferencialmente) ou encontrar um novo e submetê-lo a aprovação do CRCMG. Em qualquer caso, fica claro que a rejeição de algum plugin ou a implementação pela contratada não poderá afetar o prazo máximo para execução do serviço.

2.2.4.11. Todas as funcionalidades extras (não padrão do *Wordpress*) deverão ser implementadas por meio de plugin. Para cada grupo de funcionalidade deverá ter um plugin, ou seja, não poderá ter um plugin com diversas funcionalidades personalizadas.

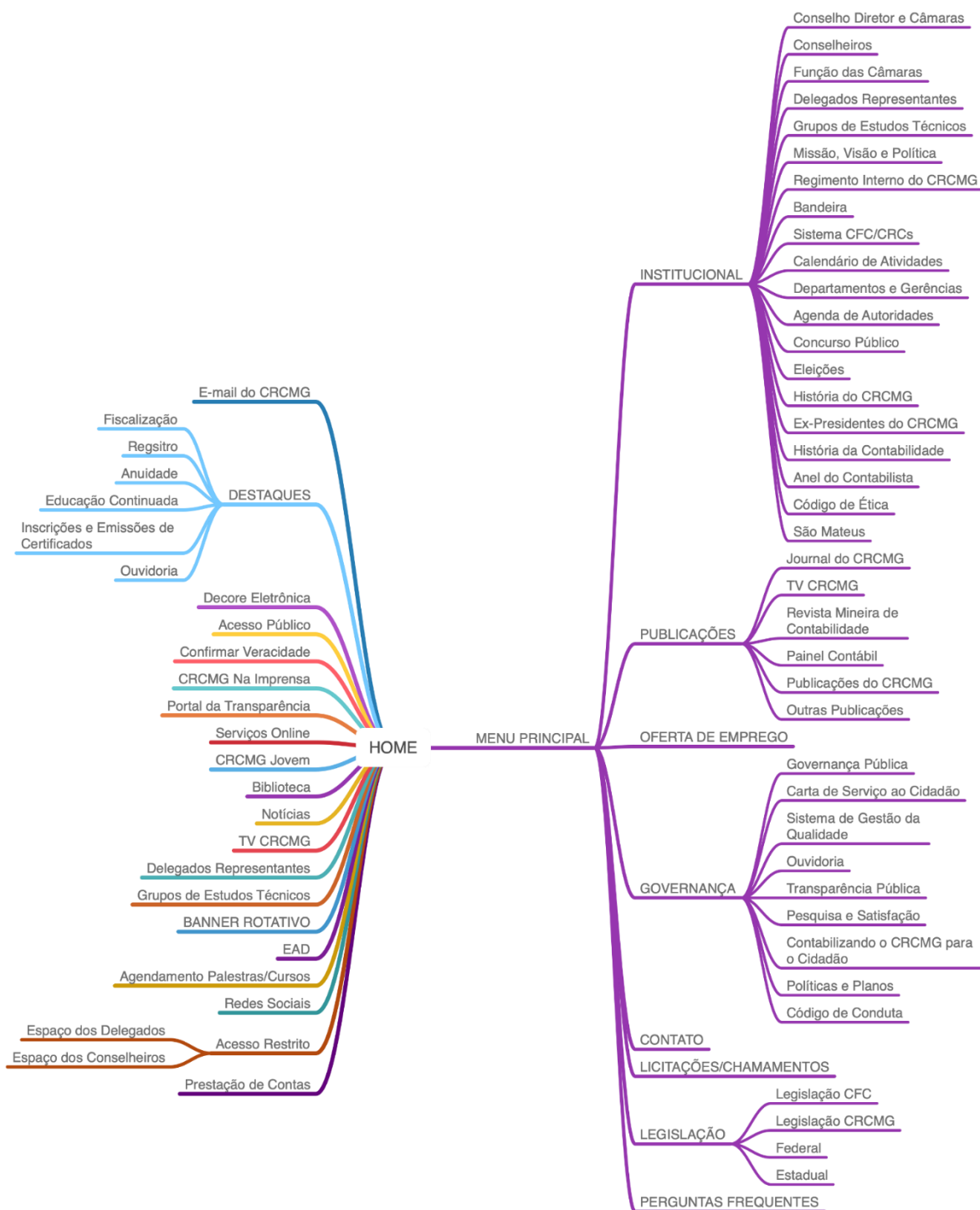
2.2.4.12. O portal deverá implementar medidas de segurança a nível de aplicação para pelo menos os seguintes itens:

- 2.2.4.12.1. Combater de ataque força-bruta;
- 2.2.4.12.2. Combater Cross-Site Scripting (XSS);
- 2.2.4.12.3. Combater SPAM;
- 2.2.4.12.4. Impedir *User Enumeration* (<https://hackertarget.com/wordpress-user-enumeration/>);
- 2.2.4.12.5. Não permitir a listagem dos nomes de usuários;
- 2.2.4.12.6. Limitar o número de tentativas sem sucesso e login por um período de tempo;
- 2.2.4.12.7. Implementar autenticação de 2 fatores e torna-la obrigatório para administradores;
- 2.2.4.12.8. Bloquear o login por nome de usuário. O login deverá ser feito exclusivamente por e-mail e senha;
- 2.2.4.12.9. Alterar a url de login padrão para uma url única. Em nenhum lugar do site deverá um link para essa url;
- 2.2.4.12.10. Impor o uso de senha forte para todos os usuários;
- 2.2.4.12.11. Utilizar define ('DISALLOW_FILE_EDIT', true); na configuração do Wordpress;
- 2.2.4.12.12. Desativar o XML-RPC;
- 2.2.4.12.13. Ocultar a versão do Wordpress;
- 2.2.4.12.14. Adotar outras medidas de segurança que a empresa achar necessárias. Neste caso, todas as medidas adicionais deverão ser reportadas à Gerência de Tecnologia da Informação do CRCMG e inseridas na documentação.

2.2.5. MAPA DE CONTEÚDO - ATUAL

2.2.5.1. O mapa a seguir mostra os principais elementos atuais do Portal do CRCMG. Este mapa é apenas uma referência para fácil assimilação. O conteúdo real do portal deve ser analisado pela CONTRATADA no seguinte endereço: crcmg.org.br

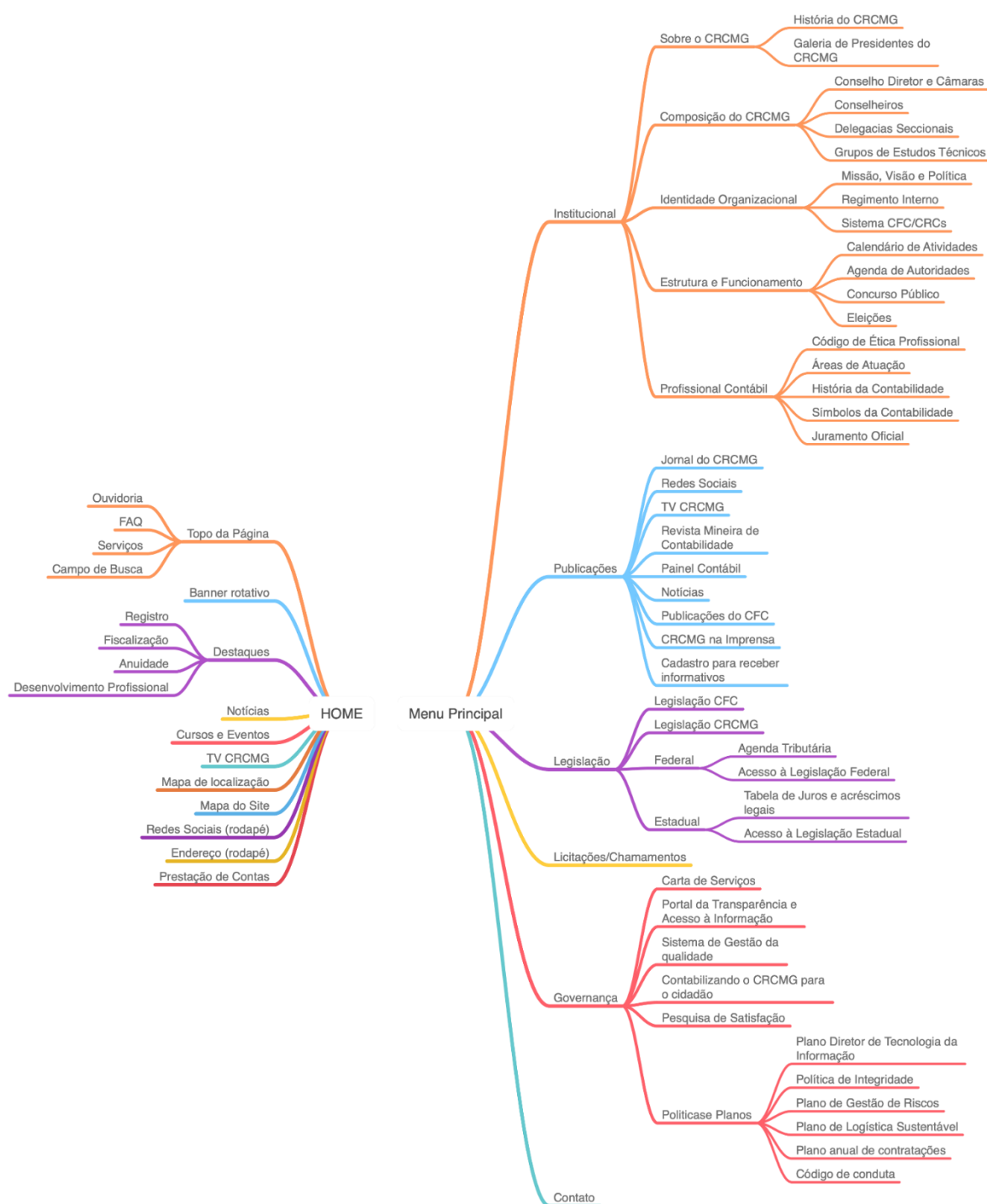
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021



Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

2.2.6. ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PORTAL DO CRCMG

2.2.6.1. Este tópico, contém referências de layout e de como os novos menus e páginas deverão ser organizados no novo portal. A CONTRATADA não deverá limitar-se a esta referência. Espera-se que a CONTRATADA proponha melhorias. O mapa a seguir é um resumo deste conteúdo. A partir da próxima página temos o conteúdo detalhado.



Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

2.2.7. MENUS NO TOPO DA PÁGINA

1. Ouvidoria CRCMG
2. Acesso à informação
3. FAQ
4. Serviços

Nova tela com os links e categorias presentes em: <http://cadastro.crcmg.org.br/SPW/ConsultaCadastral/Principal.aspx> mais a categoria CRCMG, com os seguintes itens: Decore, Biblioteca e Oportunidades de Emprego e os links em: <http://cadastro.crcmg.org.br/acessorestrito.html>;

5. Campo de busca.

Referência de Layout:



2.2.8. MENU PRINCIPAL

INSTITUCIONAL (primeiro nível do menu principal)
Sobre o CRCMG (submenu)
História do CRCMG
Galeria de presidentes do CRCMG
Composição do CRCMG (submenu)
Conselho Diretor e Câmaras
Conselheiros
Delegacias Seccionais
Grupos de Estudos Técnicos
Identidade Organizacional (submenu)
Missão, Visão e Política
Regimento interno
Sistema CFC/CRCs
Estrutura e Funcionamento (submenu)
Calendário de atividades
Agenda de Autoridades
Concurso Público

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

Eleições
Profissão Contábil (submenu)
Código de Ética Profissional
Áreas de atuação
História da Contabilidade
Símbolos da Contabilidade
Juramento Oficial

PUBLICAÇÕES (primeiro nível do menu principal)
Jornal do CRCMG (Edição atual e todo o acervo, por busca)
Redes Sociais
TV CRCMG
Revista Mineira de Contabilidade
Painel Contábil (Manter todo o conteúdo atual. Edições em áudio e texto)
Notícias
Publicações do CRCMG (Manter todo o conteúdo atual, capas e arquivos em pdf)
Publicações do CFC
CRCMG na Imprensa
Cadastro para receber Informativos

LEGISLAÇÃO (primeiro nível do menu principal)
Legislação CFC
Legislação CRCMG
Federal (submenu)
Agenda Tributária
Acesso à Legislação Federal
Estadual (submenu)
Tabela de Juros e acréscimos legais
Acesso à Legislação Estadual

LICITAÇÕES/CHAMAMENTOS (primeiro nível do menu principal)
(Sistema de busca por tipo modalidade, ano ou objeto. Resultados devem ser listados seguindo o modelo do CRCRJ, conforme o http://www.crc.org.br/licitacoes/licitacoes-detahes.asp?id_modalidade=3&ano=2019 ou tela abaixo. Informações sobre o nível de detalhamento necessário será repassado posteriormente, em reunião.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

As informações que deverão ser exibidas conforme quadro abaixo:

<p>Você está em: Institucional / Licitações</p> <p>>>Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO</p> <p>PREGÃO ELETRÔNICO nº PE001/19 Data da Licitação: 05/08/2019 Horário: 10:00 Objeto: ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO DAS FACHADAS DO EDIFÍCIO SEDE DO CRCRJ CONFORME CONDIÇÕES QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS Fase: EDITAL LIBERADO</p> <p>Ver Edital</p> <p>Observações: >> 30/7/2019 - Cronograma Físico Financeiro no formato xlsx. (Excel) Visualizar >> 11/9/2019 - Termo de Homologação Visualizar >> 11/9/2019 - Ata de Realização do Pregão Eletrônico Visualizar</p> <p>PREGÃO ELETRÔNICO nº PE002/19 Data da Licitação: 16/07/2019 Horário: 10:00 Objeto: ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA CORRETIVA DE EDIFICAÇÕES REDES ELÉTRICAS E HIDRÁULICAS NAS DEPENDÊNCIAS DO EDIFÍCIO SEDE DO CRCRJ CONFORME CONDIÇÕES QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Fase: EDITAL LIBERADO</p> <p>Ver Edital</p> <p>Observações: >> 15/7/2019 - Questionamento 1 Visualizar >> 15/7/2019 - Questionamento 2 Visualizar >> 15/7/2019 - Questionamento 3 Visualizar >> 15/7/2019 - Questionamento 4 Visualizar >> 15/7/2019 - Anulação do PE 02/2019 Visualizar</p> <p>PREGÃO ELETRÔNICO nº PE003/19 Data da Licitação: 15/02/2019 Horário: 11:00 Objeto: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É A ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A AQUISIÇÃO E RENOVAÇÃO DE LICENÇAS DE ANTIVÍRUS QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO ANEXO I DESTA EDITAL. Fase: EDITAL LIBERADO</p> <p>Ver Edital</p> <p>Observações: >> 14/2/2019 - Esclarecimentos 1 Visualizar >> 18/2/2019 - Lote 2 - Documentos Habilitação - empresa arrematante Visualizar >> 20/3/2019 - Ata de Resultado Visualizar</p>
--

GOVERNANÇA (primeiro nível do menu principal)

Carta de Serviços

Portal da Transparência e Acesso à Informação

Sistema de Gestão da Qualidade

Contabilizando o CRCMG para o cidadão

Pesquisa de Satisfação

Políticas e Planos (submenu)

Plano Diretor de Tecnologia da Informação

Política de Integridade

Plano de Gestão de Riscos

Plano de Logística Sustentável

Plano anual de contratações

Código de Conduta

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

Contato (primeiro nível do menu principal)

2.2.9. BANNER DESTAQUE NA HOME PAGE

2.2.9.1. Banner Rotativo.

2.2.9.2. Deve vir acima, abaixo dos destaques. O banner pode ter a dimensão como no site abaixo do CAU <https://www.caubr.org.br/>

2.2.10. ITENS DE DESTAQUE NA HOME PAGE E SEUS RESPECTIVOS CONTEÚDOS

2.2.10.1. Layout pode seguir modelos abaixo do [CFC](#) e do [CRCRJ](#).



2.2.10.2. Cada item de destaque levará para uma página que conterá uma lista de opções. Cada item desta lista deverá levar a uma nova página para exibir seu conteúdo específico.

Registro (Item de Destaque na Home)
Esta página também terá seus próprios itens de destaque, tal qual na home.
Os itens de destaque da página Registro são: Registro Definitivo Originário, Registro Cadastral – Sociedade e Carteira de Identidade Profissional
Pessoa Física
Registro Definitivo Originário
Alteração definitiva de categoria
Alteração de nome ou nacionalidade
Baixa de Registro
Restabelecimento de Registro
Transferência de Registro para o CRCMG
Cancelamento de registro por falecimento
Comunicação de exercício profissional em outra jurisdição

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

Certidões Específicas
Pessoa Jurídica
Registro Cadastral – Sociedade
Registro Cadastral - Empresário Individual
Registro Cadastral - EIRELI
Registro Cadastral de Filial
Registro Cadastral Transferido
Alteração de Registro Cadastral
Restabelecimento de Registro Cadastral
Baixa de Registro Cadastral
Cancelamento de Registro Cadastral
Comunicação de Exercício Profissional em outra Jurisdição
Carteira de Identidade Profissional
Dados Estatísticos (sem subitem)
Exame de Suficiência (sem subitem)

Fiscalização (Item de Destaque na Home)
Orientações sobre a fiscalização
Decore eletrônica
Contrato de Prestação de Serviços Contábeis
Denúncia
Fiscalização Eletrônica
Responsabilidade Técnica - TTRT
Comunicação ao COAF
Formulários e modelos
Entre em contato com a fiscalização

Anuidade (Item de Destaque na Home)
Emissão de 2ª via de guia
Anuidade do exercício de 2019

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

Negociação de Débitos Exercício atual Outros exercícios

Desenvolvimento Profissional (Item de Destaque na Home)
Cursos e eventos – Consulta datas e inscrição (sistema de busca de todos os cursos, seminários, cafés, fóruns, palestras, visitas técnicas e colação de grau. Busca por tipo do evento ou nome ou cidade ou data)
Cursos a distância - EAD
Emissão de certificados (sistema de busca por nome do evento ou palestra ou data para ter acesso ao certificado) mantendo todo o acervo atual
Arquivos de palestras (Sistema de busca por nome do evento ou data para ter acesso ao conteúdo da palestra) mantendo todo o acervo atual
Solicitar palestra, visita técnicas ou curso
Eventos do Sistema CFC/CRCs
Programa de Educação Profissional Continuada – PEPC (submenu)
Capacitadoras de Minas Gerais Registradas no PEPC
Formulário de Registro de Capacitadora
Certidão de Regularidade no PEPC
Sistema de Prestação de Contas – EPC
Exame de Qualificação Técnica
Cadastro Nacional de Peritos
Faculdades de Ciências Contábeis

2.2.11. NOTÍCIAS (NA HOME PAGE)

2.2.11.1. Relação de notícias na página principal, com o título completo da matéria e data de publicação, com possibilidade de colocar foto ou imagem para aparecer na página principal ao lado da notícia. Modelo abaixo do site do CFC. Com opção de **mais notícias** ao final da relação.

2.2.11.2. Referência de layout:

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

Simplificação: eSocial substitui informações para RAIS e CAGED

Publicada em 15 de outubro de 2019

Relatório Global da Adoção dos Padrões Internacionais é lançado pela Ifac

Publicada em 14 de outubro de 2019

Projeto Quintas do Saber irá debater Reforma Tributária

Publicada em 14 de outubro de 2019

Matriz de Saldos Contábeis é discutida na Convenção da Bahia

Publicada em 14 de outubro de 2019

Palestra sobre Contabilidade 4.0 promove reflexão sobre o futuro da profissão

Publicada em 14 de outubro de 2019

Profissionais da Bahia discutem a Contabilidade 4.0

Publicada em 14 de outubro de 2019

Grupo Assessor da Área Pública finaliza cinco minutos de normas convergidas

Publicada em 11 de outubro de 2019

FGTS: novo saque para clientes com conta poupança na Caixa já está disponível

Publicada em 10 de outubro de 2019

+ Mais notícias

Artigos

2.2.12. CURSOS E EVENTOS (NA HOME PAGE)

2.2.12.1. Seguindo o estilo do site do CRCSP e com a opção ao final de **ver mais cursos**.

2.2.12.2. Com as abas **CRCMG** e **Ensino a distância**.

2.2.12.3. Referência de layout:

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

Eventos e Atividades

<div> CRCSP Espaço Cultural Conteúdos à Distância </div>		
Data	Próximas Atividades	Cidade
17/10/2019	Contabilidade aplicada ao Setor Público	Lorena
17/10/2019	Seminário do Terceiro Setor: Gestão e Contabilidade das Entidades	Sao Bernardo Do Campo
17/10/2019	Planejamento Tributário: Aspectos Contábeis e Fiscais	Sao Paulo
17/10/2019	Planejamento Tributário: Aspectos Contábeis e Fiscais	Fernandopolis
17/10/2019	Planejamento Tributário: Aspectos Contábeis e Fiscais	Itapolis
17/10/2019	Planejamento Tributário: aspectos contábeis e fiscais	Dracena
17/10/2019	Planejamento Tributário: aspectos contábeis e fiscais	Bariri
17/10/2019	Planejamento Tributário: aspectos contábeis e fiscais	Assis
17/10/2019	Planejamento Tributário: aspectos contábeis e fiscais	Leme
17/10/2019	Planejamento Tributário: aspectos contábeis e fiscais	Birigui

2.2.13. TV CRCMG (NA HOME PAGE)

2.2.13.1. Com as telas e nomes dos dois últimos vídeos inseridos

2.2.14. MAPA DE LOCALIZAÇÃO (NA HOME PAGE E PÁGINA CONTATO)

2.2.15. MAPA DO SITE (NO RODAPÉ EM TODAS AS PÁGINAS)

2.2.15.1. Usar o formato dos sites do CRCRJ ou CFC

2.2.16. REDES SOCIAIS (NO RODAPÉ EM TODAS AS PÁGINAS)

2.2.17. ENDEREÇO COMPLETO (NO RODAPÉ EM TODAS AS PÁGINAS)

2.3. REQUISITOS/ESPECIFICAÇÕES DE MANUTENÇÃO DO NOVO PORTAL DO CRCMG

2.3.1. A CONTRATADA deverá realizar a manutenção preventiva e corretiva no novo portal do CRCMG. Durante a manutenção, deverá realizar também os serviços descritos no item 2.3.3 dentro do prazo estipulado.

2.3.2. VIGÊNCIA DA MANUTENÇÃO DO NOVO PORTAL

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

2.3.3.1. Após o desenvolvimento e entrega do novo portal do CRCMG, a empresa desenvolvedora deverá realizar a manutenção do portal, durante o período de 6 (seis) meses, contado do início do aceite definitivo do objeto pelo CRCMG.

2.3.3. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS E PRAZOS

2.3.3.1. Os serviços a serem realizados estão organizados e agrupados pelas seguintes categorias.

SERVIÇOS	PRAZO
1.1. Correção de bugs reportados pelo CRCMG, quer sejam bugs do tema, wordpress , plugin próprio ou de terceiros, ou de qualquer outra fonte dentro do portal	4 dias úteis
1.2. Alteração de layout e Design do portal	4 dias úteis
1.3. Identificar e corrigir erros e falhas a nível de aplicação (preventivo)	-
1.4. Alteração/criação de conteúdo e estrutura do portal, incluindo, mas não se limitando a: 1.4.1. Criação/edição de <i>custom post types</i> ; 1.4.2. Alteração de textos e mídias no portal	4 dias úteis
1.5. Manutenção nos recursos atuais do portal do CRCMG, tais como, mas não se limitando a: 1.5.1. Atualização do wordpress e seus componentes para a última versão disponível, garantindo correto funcionamento do portal e todos os seus componentes 1.5.2. Criação/configuração/alteração das integrações do portal, tal qual descrito no item 2.2.4.8 1.5.3. Criação/configuração/alteração dos <i>cronjobs</i> do wordpress 1.5.4. Criação/configuração/alteração de api utilizando os recursos nativos do wordpress.;	5 dias úteis

2.3.3.2 Caso a CONTRATADA necessite de um prazo maior, deverá ser justificado previamente e aprovado pelo CRCMG.

2.3.4. MODO DE ATENDIMENTO

2.3.4.1. Fornecer um canal no estilo Help Desk para que as solicitações sejam cadastradas, permitindo inclusive o anexo de arquivos.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

2.3.4.2. As solicitações também poderão ser abertas por e-mail para maior agilidade. Para este caso, somente endereços de e-mails previamente autorizados poderão ter a solicitação atendida.

2.3.4.3. Como alternativa ao HelpDesk e e-mail, poderá ser fornecido um canal de mensagens instantâneas, tais como WhatsApp, Telegram, Dischord, etc. No caso destes aplicativos de mensagem instantânea, a solicitação será considerada assim que a mensagem for postada no referido aplicativo (desde que em horário comercial, segunda-feira a sexta-feira, das 08h às 18h). Desta forma, o prazo de resolução começará a contar a partir do momento de publicação da demanda, independentemente do tempo que a empresa gastou para visualizar ou responder.

2.3.5. REQUISITOS TÉCNICOS

Em todas as atividades de manutenção e suporte ao portal, deverão ser seguidas e mantidas todas as diretrizes definidas no item **2.2.4** que trata dos requisitos técnicos para o desenvolvimento do portal.

2.4. DIREITOS AUTORAIS

2.4.1. O código fonte, o banco de dados, assim como todo e qualquer artefato produzido pelo serviço, objeto deste procedimento, são de propriedade exclusiva do CRCMG. A CONTRATADA não poderá utilizar, compartilhar ou fazer qualquer uso destes itens para outros fins que não sejam para prestação de serviço ao CRCMG.

2.5. REQUISITOS DE SEGURANÇA E SIGILO

2.5.1. A CONTRATADA deverá dispor de recursos, soluções técnicas e medidas para garantir a proteção dos dados e permissões de acesso sob sua custódia, antecipando ameaças à privacidade, segurança e integridade, prevendo acesso não autorizado às informações e tratando os casos de incidentes de segurança da informação, informando a CONTRATANTE eventos não previstos ou não desejados que acarretem dano à confidencialidade, disponibilidade, integridade ou autenticidade dos dados da CONTRATANTE hospedados em seu ambiente computacional;

2.5.2. A CONTRATADA deverá assegurar que as informações sob sua custódia serão tratadas como informações sigilosas, não podendo ser usadas por esta contratada ou fornecidas a terceiros, sob nenhuma hipótese, sem autorização formal do contratante;

2.5.3. A CONTRATADA deverá executar os serviços em caráter de confidencialidade, resguardando que os recursos, dados e informações de propriedade da CONTRATANTE, e quaisquer outros, repassados por força do objeto desta licitação e do contrato, constituem informação privilegiada e possuem natureza sigilosa;

2.5.4. A CONTRATADA comprometer-se-á a preservar os dados da CONTRATANTE contra acessos indevidos e abster-se de replicar estes dados fora do território brasileiro, devendo informar imediatamente e formalmente à CONTRATANTE qualquer tentativa, inclusive por meios judiciais, de acesso a estes dados;

2.5.5. A propriedade dos dados e informações gerados pela CONTRATANTE no ambiente provido pela CONTRATADA, a qualquer momento, durante a vigência, término ou expiração do contrato, será exclusivamente da CONTRATANTE.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

2.6. TREINAMENTO

2.6.1. Após o aceite do CRCMG referente a entrega do novo portal, a CONTRATADA deverá fornecer em até 15 dias úteis um treinamento, podendo ser de forma remota, demonstrando detalhadamente os recursos do portal e o seu completo gerenciamento. O treinamento deverá ser realizado para até 10 pessoas, selecionadas pelo CRCMG.

2.6.2. A data e horário do treinamento deverá ser acordada previamente com o CRCMG

2.7. TRANSIÇÃO CONTRATUAL

2.7.1. No caso de rescisão ou encerramento contratual, a contratada deverá cumprir as seguintes exigências da contratante:

2.7.1.1. Garantir que todo código fonte, banco de dados, assim como todo e qualquer artefato produzido pelo serviço, objeto deste contrato, sejam oficialmente entregues à CONTRANTE;

2.7.1.1.1. Os dados devem estar disponíveis para migração até o prazo de 30 (trinta) dias após a rescisão ou término contratual, podendo este prazo ser prorrogado sob manifestação explícita da CONTRATANTE;

2.7.1.2. **Após a migração completa e a formalização de pedido da CONTRATANTE**, a CONTRATADA será responsável pela desativação e exclusão de todo conteúdo, artefato, informação ou dado que esteja em sua posse.

ITEM 3 – JUSTIFICATIVA COM INTERESSE PÚBLICO EVIDENCIADO

O Portal do Conselho é a principal ferramenta de comunicação do CRCMG com a sociedade e com os profissionais da contabilidade. É um canal para disponibilização de diversos serviços, tais como Portal da Transparência, Ouvidoria, Publicações, Legislação, pré-cadastro para registro, impressão de guias de anuidade, emissão de certidões, inscrições em curso e eventos, consulta ao cadastro de profissionais registrados, entre outros.

O portal do CRCMG constitui-se em ferramenta indispensável ao cumprimento dos diversos serviços essenciais prestados pela Entidade, inclusive em relação àqueles que dizem respeito às suas atribuições institucionais e finalísticas.

Assim, considerando que o portal atual não funciona corretamente a partir de dispositivos móveis como celulares e tablets, o desenvolvimento do novo portal, ajustado à essa nova realidade, de democratização do uso de dispositivos móveis, visa possibilitar a ampliação do seu acesso, de modo que o usuário possa se conectar com a ferramenta de forma facilitada e apropriada, em qualquer momento e lugar, bastando apenas dispor de aparelho móvel com acesso à internet.

Nesse sentido, além de estender a oferta dos serviços aos profissionais da contabilidade e à sociedade, o novo portal irá conferir mais agilidade e qualidade na execução dessas atividades, que será na modalidade online, à vista disso, espera-se que haja redução da necessidade de disponibilização de mão de obra, uma vez que os referidos serviços serão realizados pelos próprios usuários, automaticamente, mediante sistemas autoexplicativos, informatizados e interligados com o novo portal do CRCMG.

ITEM 4 - INDICAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Centro de Custo: 327

Projeto: 5002

Conta contábil: 6.3.1.3.02.01.005

ITEM 5 – PRAZO PREVISTO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO OU DE ENTREGA DO OBJETO

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

5.1. A criação do Portal do CRCMG deverá ser realizada no prazo máximo de até 150 (cento e cinquenta) dias, observados os prazos das entregas parciais de cada etapa, que também deverão ser cumpridos pela contratada, conforme estabelecidos na tabela abaixo:

Etapas	Descrição das etapas relativas à criação do Portal	Prazo de entrega em dias
1	Mapeamento dos requisitos de funcionalidades e conteúdo	10
2	Cronograma de atividades	3
3	Elaboração da arquitetura e da taxonomia da informação a serem utilizadas no Portal do CRCMG para a organização das informações	30
4	Elaboração do diagrama de navegação nos conteúdos	20
5	Elaboração do projeto gráfico (design) do Portal	15
6	Implementação do novo Portal do CRCMG	60
7	Migração do conteúdo do portal antigo para o novo portal	12
Prazo total para entrega do Portal		150

5.1.1. Para todas as atividades deste contrato, não será considerado o prazo que o CRCMG demandar para validar as entregas, ou seja, o prazo corresponde apenas ao tempo de trabalho da contratada.

5.1.2. O prazo de cada etapa será iniciado na aprovação da etapa anterior.

5.1.3. Caso alguma entrega não seja aprovada pelo CRCMG, a CONTRATADA terá 4 (quatro) dias úteis para realizar a correção e fazer a nova entrega para validação e aprovação do CRCMG. Caso a CONTRATADA necessite de um prazo maior para fazer a correção, deverá ser justificado previamente e aprovado pelo CRCMG.

5.1.3.1 O prazo de correção e refazimento mencionado no subitem anterior não se insere no prazo total de 150 dias, que compreende o desenvolvimento do conjunto integral das etapas a que se refere o item 5.1 deste Termo de Referência.

5.2. Os serviços de manutenção deverão ser prestados durante o período de 6 (seis) meses, cujo prazo se iniciará a partir da entrega definitiva do Portal pela contratada.

Etapa	Descrição	Período de prestação
8	Manutenção do Portal	6 meses
Prazo total de manutenção		6 meses

ITEM 6 – LOCAL PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OU ENTREGA DO MATERIAL

6.1. Os serviços deverão ser prestados nas instalações da própria contratada.

ITEM 7 – MODALIDADE DA LICITAÇÃO

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

7.1. Pregão Eletrônico.

ITEM 8 – TIPO DE LICITAÇÃO

8.1. Menor Preço.

ITEM 9 – VALOR DE REFERÊNCIA

9.1. O valor de referência, que representa o valor máximo que o CRCMG se propõe a pagar pela prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, corresponde ao **VALOR GLOBAL DE R\$ 60.038,67 (sessenta mil e trinta e oito reais)**, que inclui os serviços de criação do portal, no prazo de 150 dias, e de manutenção do portal pelo período de 6 (seis) meses; verificadas as condições específicas de entrega dos conjuntos de etapas e o período de manutenção, conforme tabela abaixo, observados os percentuais estabelecidos no Anexo III do Edital:

ESTIMATIVA DE PREÇOS SERVIÇOS DE CRIAÇÃO DO PORTAL				
Etapas	Descrição	Prazo em dias	% em relação ao valor global da Proposta	Valor da parcela
1	Mapeamento dos requisitos de funcionalidades e conteúdo	10	20%	R\$ 12.007,73
2	Cronograma de atividades	3		
3	Elaboração da arquitetura e da taxonomia da informação a serem utilizadas no Portal do CRCMG para a organização das informações	30		
4	Elaboração do diagrama de navegação nos conteúdos	20		
5	Elaboração do projeto gráfico (design) do Portal	15		
6	Implementação do novo Portal do CRCMG	60	62%	R\$ 37.223,97
7	Migração do conteúdo do portal antigo para o novo portal	12		
Total referente à entre do conjunto de etapas dos serviços de elaboração do portal		Prazo de entrega	Percentual	Valor
		150	82%	R\$ 49.231,70

ESTIMATIVA DE PREÇOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO PORTAL					
Etapas	Descrição	Prazo execução em meses	% em relação ao valor global da Proposta	Valor mensal da parcela	Valor total (período de 6 meses)
8	Manutenção do portal	6	18%	R\$ 1.801,16	R\$ 10.806,96

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

ESTIMATIVA DE PREÇOS REFERENTE AO VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS INCLUINDO O SOMATÓRIO DOS SERVIÇOS DE CRIAÇÃO E DE MANUTENÇÃO DO PORTAL	
Descrição	Valor total
Valor total estimado dos serviços de criação do portal	R\$ 49.231,70
Valor total estimado dos serviços de manutenção do portal (período de 6 meses)	R\$ 10.806,96
Valor global estimado de criação e manutenção do portal	R\$ 60.038,67

9.2. Os pagamentos serão feitos conforme estipulado no cronograma físico-financeiro, constante do Anexo III do Edital, observado o seguinte:

9.2.1. Os pagamentos referentes à criação do portal serão efetuados em 2 (duas) parcelas, observados os prazos de entrega dos conjuntos de etapas, os percentuais estabelecidos no cronograma físico-financeiro (Anexo III do Edital) e o valor global da proposta de preços apresentado pela contratada.

9.2.2. Os pagamentos referentes à manutenção do portal serão efetuados mensalmente, durante o período de 6 (seis) meses, observado o percentual estabelecido no cronograma físico-financeiro (Anexo III do Edital) e o valor global da proposta de preços apresentado pela contratada.

9.2.3. A contratada deverá apresentar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, o cronograma físico-financeiro, modelo constante do Anexo III do Edital, preenchido e assinado pelo responsável ou representante da empresa, observados os percentuais nele estabelecidos, a serem calculados com base no valor global da proposta de preços apresentada pela contratada.

9.2.3.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da contratada e aceita pelo CRCMG.

9.3. No valor que vir a oferecer deverão ser incluídas todas as despesas com os profissionais e equipamentos, bem como taxas, alimentação, transporte, hospedagem, enfim, todos os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, resultantes da prestação dos serviços objeto deste Procedimento.

9.3.1. Devem estar incluídos, ainda, no valor que a proponente oferecer, os custos com os possíveis plugins que possam ser adquiridos, ou seja, é de inteira responsabilidade da CONTRATADA adquirir e pagar os plugins que forem necessários, que deverá ser realizado após a aprovação de uso pelo CRCMG, conforme definido no item 2.2.3.10.

ITEM 10 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. No julgamento das propostas, será considerada vencedora a que apresentar **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atendidas às especificações constantes deste Edital e de seus Anexos.

10.2. Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, apresente vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei, assim como as que não se encontrem em conformidade com os requisitos estabelecidos no presente Edital.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

10.3. O julgamento das propostas será de acordo com a sistemática do site de compras denominado www.comprasnet.gov.br, em consonância com a legislação vigente.

ITEM 11 – FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

11.1. O CRCMG efetuará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal com as devidas deduções legais.

11.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.1.2. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Serão descontados sobre o pagamento a ser realizado, as devidas retenções de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº. 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

11.4. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.9. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\% \\ I = 0,00016438$$

11.11. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

ITEM 12 – GARANTIA E MANUTENÇÃO

12.1. A contratada deverá fornecer uma garantia de 180 (cento e oitenta) dias. Esta garantia compreende correção, sem custos adicionais, de quaisquer erros ou comportamentos não desejados no portal, conforme requisitos presentes neste documento.

12.2. A contratada deverá proceder às correções, no prazo máximo de até 1 (um) dia útil, contado do recebimento da notificação emitida pelo CRCMG relatando o problema.

12.2.1. Esse prazo poderá ser ampliado, mediante justificativa prévia da contratada, nos casos em que a complexidade e a natureza do serviço demandar, desde que aceita pelo CRCMG, que avaliará o caso concreto.

12.2.2. A notificação poderá ser encaminhada para o e-mail da contratada, cadastrado no CRCMG, bem como por outros meios de comunicação, inclusive da contratada, como sistema de chamado, ou que seja de costume de uso pelas partes.

ITEM 13 – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

13. O contrato vigorará pelo prazo de 18 (dezoito) meses, a contar da data de sua assinatura e será regido pelas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e pelo Código Civil Brasileiro.

ITEM 14 – SANÇÕES E PENALIDADES POR INEXECUÇÃO OU INADIMPLEMENTO

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520 de 2002 e da Lei nº 8.666 de 1993, a CONTRATADA que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

14.1.5. cometer fraude fiscal.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou descumprimento de obrigações, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

14.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

14.2.2. **Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar** com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

14.2.3. **Impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

14.2.4. **Multa de:**

14.2.4.1. 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

14.2.4.2. 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4.2.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.4.3. 3% (três por cento), 5% (cinco por cento) ou 10% (dez por cento), sobre o valor total da contratação, em caso de descumprimento de obrigações assumidas, por ocorrência, conforme a gradação estabelecida nos subitens e tabela abaixo.

14.3. Na aplicação das sanções, o CRCMG levará em consideração a efetiva gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o real dano causado ao Conselho. Sendo assim, as multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente, por conveniência administrativa.

14.4. As FALTAS LEVES serão puníveis com a aplicação da penalidade de advertência e/ou multa, no percentual de 3% (três por cento), caracterizando-se pelo descumprimento parcial de deveres de pequena monta, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração e a despeito delas, a regular prestação dos serviços não fica inviabilizada.

14.5. As FALTAS MÉDIAS serão puníveis com a aplicação da penalidade de multa no percentual de 5% (cinco por cento), caracterizando-se pela recorrência de quaisquer FALTAS LEVES ou pelo descumprimento parcial ou total de obrigação que acarrete prejuízos aos objetivos da Administração, mas sem inviabilizar total ou parcialmente a execução dos serviços.

14.6. As FALTAS GRAVES serão puníveis com a aplicação das penalidades de multa no percentual de 10% (dez por cento), podendo ser aplicada cumulativamente as sanções de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, caracterizando-se pela recorrência de quaisquer FALTAS MÉDIAS ou pelo descumprimento parcial ou total de obrigação que acarrete prejuízos relevantes aos objetivos da Administração, inviabilizando a execução da contratação em decorrência de conduta culposa ou dolosa da contratada.

14.7. Afim de nortear na efetiva aplicabilidade das gradações que tratam nos subitens acima, será utilizada a seguinte classificação:

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

TIPO DE FALTA	GRAVIDADE
Veicular qualquer tipo de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Conselho.	LEVE
Abster-se de prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CRCMG, atendendo às solicitações nos prazos especificados.	LEVE
Não disponibilizar uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, bem como endereço comercial e telefone de contato.	MÉDIA
Utilizar empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	MÉDIA
Não substituir, após solicitação do CRCMG, empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	MÉDIA
Provocar, por meio de seus empregados e representantes, qualquer dano patrimonial ou extrapatrimonial ao CRCMG.	GRAVE
Prestar os serviços sem obedecer estritamente às condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato pactuado.	GRAVE
Não cumprir os prazos de entrega e execução dos serviços estipulados neste Termo de Referência e na Ordem de Compra/Serviço enviada pelo CRCMG.	GRAVE
Não providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo fiscal ou gestor do Contrato, quanto à execução contratual.	GRAVE
Deixar de manter todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação, durante todo o período de vigência do Contrato.	GRAVE
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	GRAVE

14.7.1. As faltas cometidas pela Contratada que não se enquadrarem em nenhuma das ocorrências previstas na tabela acima, serão avaliadas caso a caso, no âmbito do Processo Administrativo.

14.7.2. Ao longo do período de validade da Ata, de 12 meses, o acúmulo de condutas faltosas cometidas de forma reiterada, de mesma classificação ou não, bem como as reincidências, ensejará a aplicação, pela administração de penalidades relacionadas às faltas de maior gravidade, considerando que, o fato de a Administração relevar qualquer falta, não implicará em novação.

14.8. Reserva-se ao CRCMG o direito de reter e compensar, dos pagamentos da contratada, as multas referidas nos subitens anteriores, assegurado o contraditório e a apresentação de defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

14.9. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.2 e 14.2.3 poderão ser aplicadas à CONTRATADA cumulativamente com as multas previstas no subitem 14.2.4.

14.10. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.10.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.10.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.10.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

14.11.1. O envio e o recebimento das notificações e comunicações em geral, no âmbito do processo administrativo instaurado, serão realizados pelas partes via e-mail.

14.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.14. Além das sanções acima previstas, o contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

ITEM 15 – INDICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO, SE FOR O CASO

Não se aplica.

ITEM 16 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do artigo 10 do Decreto nº 9.507, de 2018.

16.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.3. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no artigo 47 e no Anexo X, item 2.6, “i”, ambos da IN nº 05/2017.

16.4. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.5. O representante do CRCMG deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.10. O Contrato será fiscalizado por funcionário lotado na Gerência de Tecnologia da Informação do CRCMG.

ITEM 17 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Prestar os serviços, objeto deste Edital, cumprindo os prazos e atendendo integralmente a todas condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

17.2. Entregar os serviços objeto desse procedimento, obedecendo aos prazos estipulados no item 5 deste Termo de Referência.

17.3. Arcar com todos os custos necessários à execução dos serviços, objeto deste procedimento, tais como materiais, equipamentos, alimentação, transporte, hospedagem, instalações, mão de obra e quaisquer outros que forem pertinentes ao cumprimento do objeto, em conformidade com este Termo de Referência.

17.4. Assumir e cumprir todas as obrigações trabalhistas previstas em legislação e normas específicas, responsabilizando-se, exclusivamente, pela remuneração, encargos sociais e previdenciários, benefícios e demais despesas referentes a seus profissionais, tendo em vista que não será estabelecido nenhum vínculo empregatício ou de responsabilidade entre os profissionais disponibilizados para a execução dos serviços contratados e o CRCMG.

17.5. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17.6. Utilizar, na execução dos serviços, somente profissionais especializados, em conformidade com as condições deste Termo de Referência.

17.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste procedimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, sem ônus par ao CRCMG.

17.8. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CRCMG, atendendo de imediato às solicitações de seus representantes.

17.9. Informar, de imediato, as alterações de endereço, de número de telefones e de e-mails.

17.10. Assumir inteira responsabilidade, civil, administrativa e penal por danos materiais ou pessoais causados ao CRCMG e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato, decorrentes de dolo ou culpa.

17.11. Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

17.12. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, observando a prática da boa técnica e a legislação vigente.

17.13. Emitir as notas fiscais com as devidas deduções legais, devendo ser apresentada, juntamente, com as certidões de regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, além da Declaração de Optante pelo Simples Nacional, se for o caso.

17.14. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital.

17.15. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, na forma da legislação vigente.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

17.16. Submeter-se à fiscalização do CRCMG, na execução dos serviços, seguindo todas as orientações repassadas.

ITEM 18 – OBRIGAÇÕES DO CRCMG

18.1. Proporcionar as condições necessárias à execução dos serviços ora contratados, assim como prestar, prontamente, as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

18.2. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato.

18.3. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, por intermédio do funcionário do CRCMG designado como Fiscal do Contrato.

18.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada.

18.5. Comunicar a contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço.

18.6. Notificar a contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

ITEM 19 – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

19.1. Os produtos ou serviços contratados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

19.2. Os produtos e serviços serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

19.3. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da entrega do produto ou execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

19.4. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

19.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

ITEM 20 – DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

ITEM 21 – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do Contratante à continuidade do contrato.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

ITEM 22 – RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

22.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Gerência de Tecnologia da Informação e pela Gerência Administrativa e Financeira (GEADF) em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, sendo objeto de exame e aprovação do Ordenador de Despesa do Conselho, e passará a integrar o processo administrativo formalizado visando à instauração do certame licitatório e a efetividade da contratação.

DATA	ASSINATURA DO GERENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
------	--

Março/2021

DATA	ASSINATURA DO GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
------	---

Março/2021

DATA	ASSINATURA DA PRESIDENTE DO CRCMG
------	-----------------------------------

Março/2021

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

Ao
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

(E-MAIL): _____

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a(s) seguinte(s) proposta(s) de preços.

ITEM I			
1. Objeto: Prestação de serviços de desenvolvimento e criação de portal para o CRCMG, com novo design e taxonomia, incluindo os serviços de migração do conteúdo do site atual para o novo portal, bem como a manutenção preventiva e/ou corretiva deste último por seis meses, além de alterações de estrutura e layout, desenvolvimento de novas funcionalidades e atualizações dos conteúdos pelo mesmo período, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital nº 002/2021 e seu Anexo I – Termo de Referência.			
COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS DA PROPOSTA			
Serviços de criação do Portal do CRCMG	Serviços de manutenção do Portal do CRCMG		Valor Global dos serviços de criação e manutenção do Portal do CRCMG
Valor total	Valor mensal	Valor pelo período de 6 meses	
R\$ xxxxx	R\$ xxxxx	R\$ xxxxx	
			R\$ xxxxx (xxxxxxxxxxxxxx)

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Condições de pagamento: O CRCMG efetuará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal, com as devidas deduções legais, bem como das certidões de regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, além da Declaração de Optante pelo Simples Nacional, se for o caso.

Serão descontados sobre os pagamentos a serem realizados, as devidas retenções de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº. 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.

Submetemo-nos a todas as condições do Edital nº 002/2021, inclusive quanto ao cumprimento na íntegra do respectivo Termo de Referência - Anexo I.

Dados bancários da empresa:

Banco:

Agência:

Número da conta:

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

Dados do representante legal da empresa, responsável pela assinatura do Contrato:

Nome:

Função:

CPF:

Telefone/Fax:

Endereço Eletrônico (e-mail):

_____ de _____ de 2021.

Assinatura do representante legal da empresa

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

ANEXO III – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO																
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021																
Objeto: Contratação de serviços, de natureza não continuada, de desenvolvimento e criação do portal do CRCMG.																
DATA DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:			xx/xx/2021													
VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS (PROPOSTA):			R\$ xxx													
ETAPAS	DESCRICAO	% em relação ao valor global da Proposta	Valor da parcela	PRAZO EM DIAS	MESES											
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	(...) 18
1	Mapeamento dos requisitos de funcionalidades e conteúdo	-	-	10	X											
2	Cronograma de atividades	-	-	3	X											
3	Elaboração da arquitetura e da taxonomia da informação a serem utilizadas no Portal do CRCMG para a organização das informações	-	-	30	X	X										
4	Elaboração do diagrama de navegação nos conteúdos	-	-	20		X	X									
5	Elaboração do projeto gráfico (design) do Portal	20%	R\$ xxx	15			X									
6	Implementação do novo Portal do CRCMG			60			X	X								
7	Migração do conteúdo do portal antigo para o novo portal	62%	R\$ xxx	12					X							
Prazo limite para entrega do Portal:			82%	R\$ xxx	150											
Data prevista para entrega do Portal:			xx/xx/2021													
8	Garantia	-	-	180						X	X	X				
9	Manutenção*	18%	R\$ xxx	180						X	X	X	X	X	X	
TOTAL		100%	R\$ xxx	330												
LEGENDA																
X	Execução															
X	Execução e pagamento															

* A etapa de manutenção deve compreender, obrigatoriamente, um período de 6 meses contados a partir da data de entrega do portal (homologação da etapa de migração do conteúdo do portal antigo para o novo portal elaborado pela contratada), sendo o valor correspondente à esta etapa subdividido em seis parcelas iguais, a serem pagas mês a mês, durante o referido período de manutenção.

Observações:

A execução dos serviços deve iniciar em até 7 dias corridos da data de assinatura do contrato.
O prazo limite para a entrega do portal (contado da data de início da execução dos serviços até a homologação da migração do conteúdo do portal antigo para o novo portal) é de 150 dias corridos.
Neste prazo não estão sendo computados os dias necessários para o CRCMG validar cada uma das etapas entregues pela contratada, período em que a contagem de prazos ficará suspensa.
Dessa forma, o prazo final de entrega do portal será composto pela soma dos prazos estabelecidos pela contratada no cronograma (total máximo de 150 dias corridos) com os dias que o CRCMG utilizar para conferir e validar cada uma das entregas.
Os percentuais em relação ao valor global da proposta, previstos no cronograma, são fixos, ou seja, não podem ser alterados pela contratada.

Assinatura do representante legal da empresa

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO

Contrato de prestação de serviços que entre si fazem, de um lado, o **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Cláudio Manoel, 639, Bairro Savassi, inscrito no CNPJ/MF sob o número 17.188.574/0001-38, representado por seu presidente, Contador XXXXXXXXXXXXXXX, de ora em diante denominado CRCMG, e, de outro, XXXXXXXXXXXXXXX, com sede em XXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXX, na Rua/AVXXXXXXXXXXXX, nº XXXX, Bairro XXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXX, neste ato representado por seu representante legal, XXXXXXXX, de ora em diante denominada CONTRATADA, sujeitando as partes contratantes às normas constantes na Lei nº 10.520, de 17/7/2002, Lei Complementar nº 123, de 13/12/2006 e Decreto nº 8.538, de 06/10/2015, com aplicação subsidiária das normas da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Prestação de serviços de desenvolvimento e criação de portal para o CRCMG, com novo design e taxonomia, incluindo os serviços de migração do conteúdo do site atual para o novo portal, bem como a manutenção preventiva e/ou corretiva deste último por seis meses, além de alterações de estrutura e layout, desenvolvimento de novas funcionalidades e atualizações dos conteúdos pelo mesmo período, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital nº 002/2021 e seu Anexo I – Termo de Referência.

1.2. Integram este contrato o Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 002/2021 e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CRCMG

2.1. As obrigações da CONTRATADA e do CRCMG são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital Pregão Eletrônico nº 002/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1. Pela execução dos serviços de criação e de manutenção do portal, objeto deste contrato, o CRCMG pagará a CONTRATADA o **VALOR GLOBAL DE R\$ XXX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, a ser desembolsado conforme estipulado nas tabelas abaixo, observado o cronograma físico-financeiro, Anexo III do Edital, de execução e entrega das etapas e dos pagamentos:

CRIAÇÃO DO PORTAL			
Etapas	Descrição das etapas	Prazo de entrega em dias	Cronograma de pagamentos
1	Mapeamento dos requisitos de funcionalidades e conteúdo	10	R\$ xxxx,xx
2	Cronograma de atividades	3	
3	Elaboração da arquitetura e da taxonomia da informação a serem utilizadas no Portal do CRCMG para a organização das informações	30	
4	Elaboração do diagrama de navegação nos conteúdos	20	

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

5	Elaboração do projeto gráfico (design) do Portal	15	
6	Implementação do novo Portal do CRCMG	60	R\$ xxxx,xx
7	Migração do conteúdo do portal antigo para o novo portal	12	
Prazo total para entrega do Portal		150	-
Valor total dos serviços de criação do portal			R\$ xxxx,xx

MANUTENÇÃO DO PORTAL				
Etapa	Descrição	Período de prestação	Valor mensal	Valor total (6 meses)
8	Manutenção do Portal	6 meses	R\$ xxxx,xx	R\$ xxxx,xx
Valor total pelo período de 6 meses				R\$ xxxx,xx

3.2. O desembolso para adimplemento das despesas dar-se-á com recursos previstos em dotação orçamentária própria, que correrá sob a rubrica 6.3.1.3.02.01.005.

3.3. Serão descontados sobre os pagamentos a serem realizados, as devidas retenções de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº. 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.

3.4. Os valores estipulados acima são fixos, não comportando qualquer correção no curso de vigência do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O CRCMG efetuará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal com as devidas deduções legais.

4.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

4.1.2. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.2. Serão descontados sobre o pagamento a ser realizado, as devidas retenções de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº. 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.

4.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

4.4. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

4.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

4.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

4.9. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

4.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\% \\ I = 0,00016438$$

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O contrato vigorará pelo prazo de 18 (dezoito) meses, a contar da data de sua assinatura e será regido pelas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e pelo Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

6.1. O contrato será acompanhado e fiscalizado conforme critérios e condições estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I do Edital Pregão Eletrônico nº 002/2021, por funcionário lotado na Gerência de Tecnologia da Informação do CRCMG.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital Pregão Eletrônico nº 002/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO	002/2021
MODALIDADE	Pregão Eletrônico
Nº DA MODALIDADE	061/2021

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal - Seção Minas Gerais, para dirimir as questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito.

Belo Horizonte, XX de XXXXXX de 2021.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS
Contador XXXXXXXX

EMPRESA XXXX
XXXXXXXXX – XXXXXXXX

Testemunhas

Assinatura: _____

Assinatura: _____

CPF: _____

CPF: _____